

EXPEDIENTE

• **PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA** •
95º Ano da Emancipação Política do Município

• PODER EXECUTIVO •

PREFEITO
NÓBSON PEDRO DE ALMEIDA
VICE-PREFEITA
ROSIMERE BRONZEADO VIEIRA
CHEFE DE GABINETE
EDMILSON LOPES DE MORAIS
PROCURADOR-GERAL
ARTHUR RICHARDISSON EVARISTO DINIZ
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
ÂNGELA MARIA LIRA DE SOUZA SALES ROCHA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE
CARLOS ANDRÉ DE ALMEIDA
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA E SERVIÇO SOCIAL
TAIANA HONORADO GRANGEIRO
SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO, EVENTOS E TURISMO
GILBÉRIO ALVES DOS SANTOS
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
MICHAEL LOPES DA SILVA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER/SECMEL
RENATA BRONZEADO VIEIRA
SECRETÁRIO DE FINANÇAS
CLODOALDO ÁLVARO PEREIRA DA SILVA
SECRETÁRIO DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES
ADONIS ADONAI COSTA FREIRE
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO
AUDALÉCIO ANTONIO BEZERRA NÓBREGA
SECRETÁRIA DE SAÚDE
ELIETE SILVA NUNES ALMEIDA
AUTARQUIA MUNICIPAL FUNPREVE
PRESIDENTE: **ANDRÉ RICARDO COELHO DA COSTA**
HOSPITAL MUNICIPAL "DR. MANUEL CABRAL DE ANDRADE"
DIRETORA GERAL: **CÉCILIA ALEXANDRE DE OLIVEIRA ALMEIDA**
Prefeitura Municipal de Esperança – Paraíba
Rua Antenor Navarro, 837 - Lúcio Verde - CEP 58.135-000
Fone: (83) 3361-3801 / Fax: (83) 3361-3802
Site: www.esperanca.pb.gov.br | E-mail: prefeitura@esperanca.pb.gov.br

• CÂMARA MUNICIPAL DE ESPERANÇA •

"Casa de Francisco Bezerra da Silva"

• PODER LEGISLATIVO •

MESA DIRETORA - BIÊNIO 2019/2020

17ª Legislatura: 2017/2020 | 4ª Sessão Legislativa: 2020 | 1º Período Ordinário

ADÍLIO MAIA DA SILVA (PTB) PRESIDENTE
JOELMIR DA CUNHA RIBEIRO (PTB) VICE-PRESIDENTE
ROBERTO COELHO DA COSTA (PSB) 1º SECRETÁRIO
RAQUEL NÚBIA GOMES SILVA (PSB) 2º SECRETÁRIO

DEMAIS VEREADORES

ADAILTON DOS SANTOS (MDB)
ADJAILSON COSTA (Progressistas)
ALEXANDRE DE ALMEIDA (Progressistas)
CARLOS LUIZ DE ARRUDA CÂMARA (PSB)
JOSÉ ADEILTON DA SILVA MORENO (PSC)
JOSINALDO FERREIRA DINIZ (MDB)
NAHIM GALILEU DOS SANTOS CAVALCANTE (MDB)
NIELLY DOS SANTOS DIAS (PSC)
RODRIGO ALVES (PSB)

FINALIZAÇÃO

• **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** •

SEÇÃO I – ATOS DO PODER EXECUTIVO

GABINETE | PROCURADORIA GERAL

LEIS ORDINÁRIAS

LEI ORDINÁRIA Nº 400, 27 DE DEZEMBRO DE 2019.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO
MUNICÍPIO DE ESPERANÇA – PB, PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESPERANÇA**, Estado da Paraíba,
Faz saber que o Poder Legislativo aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de
Esperança – PB, para o exercício financeiro de 2020, constituindo-se de:

I - O Orçamento Fiscal referente aos poderes do município, seus
fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta;

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades,
órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como seus
fundos.

Art. 2º A Receita Municipal será realizada mediante a arrecadação de
tributos, rendas e outras fontes de Receita da legislação em vigor, conforme
desdobramento seguinte:

RECEITAS

			Em R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	Valor (a)	Deduções das Receitas Correntes (b)	TOTAL (a – b)
1 RECEITAS CORRENTES			97.927.510,00
Receita Tributária	5.253.900,00		
Receita de Contribuição	9.193.575,00		
Receita Patrimonial	961.200,00		
Receita de Serviços	50.800,00		
Transferências Correntes	86.559.010,00	-7.494.400,00	
Outras Receitas Correntes	3.403.425,00		
2 RECEITAS DE CAPITAL			6.119.900,00
Transferências de Capital	6.119.900,00		
TOTAL (1 + 2)			104.047.410,00

Art. 3º A Despesa será realizada de modo a atender aos encargos do
Município, com a manutenção dos serviços Públicos, Transferências e
Despesas de Capital, de acordo com o desdobramento abaixo:

DESPESAS

		Em R\$ 1,00
DESPESAS POR ÓRGÃO		
Câmara Municipal		2.932.000,00
Gabinete do Prefeito		884.500,00
Procuradoria Jurídica		2.409.600,00
Secretaria de Administração		3.836.000,00
Secretaria de Finanças		2.724.000,00
Secretaria de Planejamento E Coordenação		110.000,00
Secretaria de Educação		32.351.200,00
Secretaria de Esporte e Lazer		954.000,00
Secretaria de Obras, Urbanismo e Transporte		9.660.000,00
Secretaria de Agricultura, Recursos Hídricos E Meio Ambiente		4.413.400,00
Secretaria de Comunicação, Eventos e Turismo		1.720.000,00
Fundo Municipal de Saúde		25.665.110,00
Fundo Municipal de Assistência e Serviço Social		3.957.600,00
Fundo De Previdência Social Dos Servidores Do Município De Esperança – FUNPREVE		12.320.000,00
Reserva De Contingência		110.000,00
TOTAL		104.047.410,00

DESPESAS POR FUNÇÃO

		Em R\$ 1,00
Legislativa		2.932.000,00
Judiciária		858.000,00
Administração		3.482.100,00
Segurança Pública		490.000,00
Assistência Social		3.957.600,00
Previdência Social		14.535.500,00
Saúde		25.665.110,00
Educação		31.428.200,00
Cultura		947.000,00
Urbanismo		7.610.000,00
Habituação		320.000,00

Saneamento	500.000,00
Gestão Ambiental	1.197.500,00
Agricultura	2.765.900,00
Comércio e Serviços	1.357.000,00
Comunicações	363.000,00
Energia	692.000,00
Transporte	514.000,00
Desporto e Lazer	954.000,00
Encargos Especiais	3.169.000,00
Reserva de Contingência	310.000,00
TOTAL	104.047.910,00

I - As despesas com serviços públicos de saúde estão previstas em obediência ao art. 198, § 3º, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil em consonância com o art. 7º da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - No que se refere ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), estão atendendo ao estabelecido no art. 6º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT e aos preceitos da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

III - As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, atendem ao que disciplina o art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei Federal nº 11.494, de 2007, com aplicação mínima de 25% das receitas de impostos e transferências;

IV - A despesa com pessoal está atendendo ao limite máximo de 60%, conforme estabelecido no art. 19 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º O orçamento da AUTARQUIA MUNICIPAL FUNPREVE - Regime Previdência Social dos Servidores do Município de Esperança, está estimado em R\$ 12.320.000,00 (doze milhões trezentos e vinte mil reais).

Art. 5º De acordo com o art. 165, § 8º, da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos dos artigos 7º e 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 2000, fica o Poder Executivo, dentro do montante estabelecido em seus respectivos orçamentos, autorizado a:

I - Contratar mediante as garantias Operações de Crédito por antecipação de Receita até o valor, que não ultrapasse o montante das Despesas de Capital fixadas, no texto da presente Lei, conforme estabelecido na Resolução de nº. 43 de 2001 e na Seção IV da Lei Complementar Federal 101, de 2000.

II - Abrir créditos suplementares até 50% (cinquenta por cento) do total da despesa autorizada.

Art. 6º Para atender aos créditos suplementares de que trata o inciso II do artigo 5º, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar:

I - "Superávit" Financeiro que vier a ser apurado no Balanço Patrimonial de 2019;

II - Anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou créditos adicionais autorizados em lei;

III - Excesso de arrecadação apurado na forma dos parágrafos 3º e 4º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964; e

IV - O produto de Operações de Crédito autorizadas na forma prevista no art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

V - Anular parcial ou totalmente dotações de créditos especiais e ou extraordinários, quando os mesmos tiverem saldo que não forem mais utilizados.

Art. 7º A transferência de recursos para o custeio de despesas de outros Entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses do Município, atendidos os dispositivos constantes do art. 62 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 8º As alterações no PPA e na LDO previstas nesta Lei até o nível de Ação/Programa, inclusive criação de novas Ações e Programas estarão automaticamente incorporadas ao PPA 2018/2021.

Art. 9º As despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício de 2020 serão inscritas em restos a pagar e terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente, inclusive para efeito de comprovação dos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas da educação e da saúde.

Art. 10. O orçamento fiscal do município de Esperança/PB para o exercício de 2020 foi elaborado e será executado nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e pelas Portarias editadas pelo Governo Federal e nos termos constantes na Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Esperança/PB, 27 de dezembro de 2019. 95º da Emancipação Política.

NOBSON PEDRO DE ALMEIDA
Prefeito